



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A DERROTA DO GOVERNO NA CPMI DO INSS

A instalação da CPMI do INSS trouxe uma reviravolta que expôs fragilidades na articulação política do Planalto. Em uma votação apertada, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) foi eleito presidente por 17 votos a 14, derrotando o candidato governista Omar Aziz (PSD-AM). Na sequência, a oposição consolidou sua vitória ao garantir também a relatoria com o deputado Alfredo Gaspar (União-AL), transformando a comissão em território hostil ao governo logo em sua origem.



“É uma disputa, uma disputa democrática, quem ganha é quem tem mais voto. Assim como Lula ganhou do Bolsonaro porque teve mais voto. Aqui também a senhora (Senadora Tereza Cristina) encerrou a votação antes de completar o número, mas isso é uma outra questão. Isso não vou estar discutindo aqui nem com a senhora, nem com ninguém.”

Omar Aziz,
Senador

O resultado foi interpretado como uma falha grave de articulação, já que o Executivo teve tempo para mobilizar apoios, mas perdeu no voto a voto para uma aliança pontual entre opositores e setores independentes. A movimentação surpreendeu as lideranças do Congresso, principalmente Davi Alcolumbre e Hugo Motta, que apostavam em maior capacidade de controle sobre o processo. A vitória da oposição simboliza, portanto, não apenas um revés momentâneo, mas também um alerta sobre a fluidez das alianças em torno de temas de forte apelo político.

Com a presidência e a relatoria nas mãos da oposição, a CPMI nasce com viés de desgaste ao governo. A tendência é que convocações sejam usadas como instrumentos de pressão e que a narrativa construída no colegiado amplifique críticas à gestão previdenciária. O Planalto terá de atuar em modo defensivo, monitorando cada passo da comissão para evitar que se transforme em palco permanente de constrangimento institucional.

CÓDIGO ELEITORAL AVANÇA COM VOTO IMPRESSO

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o texto-base do novo Código Eleitoral, após o relator Marcelo Castro acelerar o processo ao reduzir o período de análise entre apresentação e votação. O projeto seguirá em regime de urgência para o Plenário e reúne mudanças significativas, incluindo regras sobre candidaturas femininas e dispositivos polêmicos como o voto impresso.

A emenda que prevê a impressão do voto foi aprovada por 14 votos a 12, em uma vitória simbólica da oposição. A medida estabelece que a urna registre cada voto em papel e o deposite em local lacrado, sob a justificativa de aumentar a transparência. A decisão reacende o debate sobre a confiança no sistema eleitoral, já que especialistas e ministros do TSE alertam para riscos de judicialização e para os impactos negativos na credibilidade do processo.

Com a aprovação na CCJ, o relator defende que o projeto seja levado ao Plenário já na próxima semana. Se aprovado no Senado e depois na Câmara até setembro, poderá valer para as eleições de 2026, respeitando a regra da anualidade. A velocidade da tramitação mostra a dimensão política do tema e antecipa que o novo Código Eleitoral será um dos principais focos de disputa institucional e simbólica até o próximo pleito.



"Como tudo já foi debatido aqui e muito discutido, nós achamos que na Câmara, eles podem fazer um trabalho mais célere, mais rápido e votar antes do prazo."

Marcelo Castro,
Senador

NASCE A MAIOR FORÇA NO CONGRESSO

PP e União Brasil oficializaram a federação que passa a reunir a maior bancada da Câmara, com 109 deputados, e uma presença expressiva no Senado, com 15 senadores. A nova força política concentra também quatro ministérios e mais de 13 mil prefeitos, além de milhares de vereadores, o que reforça sua capacidade de influência tanto no plano legislativo quanto no eleitoral. O ato de lançamento contou com lideranças como ACM Neto e Ciro Nogueira, que assumiram a presidência colegiada da federação.

O evento foi marcado por acenos de oposição ao governo Lula, mas não resultou em um desembarque imediato da base aliada. Ministros filiados às legendas seguem no comando de pastas importantes, enquanto setores internos defendem que deixem o governo até abril, no calendário de desincompatibilização para as eleições. Esse impasse revela a tensão entre o discurso oposicionista e a prática da participação no Executivo.

Com a maior fatia dos fundos partidário e eleitoral e o maior tempo de propaganda, a federação nasce como ator central na disputa por 2026. Sua força parlamentar combinada com a capilaridade regional projeta a União Progressista como um dos blocos mais determinantes na configuração das alianças e na definição dos rumos do centrão.

SÍNTESE DA SEMANA

Os acontecimentos recentes mostram um Congresso em ritmo acelerado e de forte impacto político. A oposição ampliou seu espaço ao assumir o comando da CPMI do INSS, o Senado reacendeu um debate sensível com a aprovação do voto impresso no novo Código Eleitoral e a federação entre PP e União Brasil redesenhou o mapa das forças parlamentares. Esses episódios indicam que a governabilidade dependerá cada vez mais da capacidade de articulação do Executivo diante de uma dinâmica legislativa que combina confrontos institucionais, disputas simbólicas e reorganização partidária com efeitos imediatos e projeções para 2026.